POLÍTICA DE NÍVEIS DE AUTORIDADE

ELABORADO**APROVADO****Luciano Daniel Verdi**

Chief Legal & Compliance Officer

Fátima Ruiz Cárdenas

Compliance Officer

DATA

Junho de 2025

Pedro Luis Salvado Agapito

CEO

DATA

19 de junho de 2025

Todas as informações contidas neste documento são confidenciais e o destinatário compromete-se a impedir a sua divulgação a terceiros, limitando o uso formal da sua publicação. O destinatário do presente documento compromete-se a não o copiar ou reproduzir, por si ou por terceiros, seja qual for o meio ou o fim a que se destina, sem obter previamente autorização escrita da EMPARK.

Apenas o documento informático alojado no servidor da EMPARK é uma cópia controlada. As restantes são cópias não controladas. Esta documentação em papel pode estar desatualizada, pelo que pode consultar a versão atualizada no servidor.

ÍNDICE

1. OBJETIVO	3
2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO	3
3. RESPONSABILIDADES	4
4. PRINCÍPIOS GERAIS	4
5. MATÉRIAS RESERVADAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
6. MATÉRIAS DO COMITÉ DE INVESTIMENTO	7
7. MATÉRIAS DO CEO E CFO	8
8. AUTORIZAÇÕES/ASSINATURAS	8
9. SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES	9
10. CONTROLOS E MANUTENÇÃO DE REGISTOS	9
11. MONITORIZAÇÃO DO COMPLIANCE DA POLÍTICA	9
12. CANAL DE DENÚNCIAS	10
13. COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO	10
14. RESPONSABILIDADES DA POLÍTICA	11
15. CONSEQUÊNCIAS DO INCUMPRIMENTO	11
16. ATUALIZAÇÃO	11
17. ENTRADA EM VIGOR	12

1. OBJETIVO

A presente Política de Níveis de Autoridade ("**Política**") tem por objetivo reforçar e desenvolver o compromisso com os princípios de transparência, legalidade e integridade exigidos pelo Grupo Empark no exercício das suas atividades e negócios, no respeito pela legislação em vigor.

O objetivo desta Política é dar a conhecer os diferentes níveis de autoridade e a sua delegação dentro da Empark Aparcamientos y Servicios, S.A.U. (doravante, "**Empark**"), que, por extensão, são aplicáveis a todas as empresas que compõem o Grupo Empark. Estes níveis de autoridade destinam-se a salvaguardar os ativos da empresa e a tomada de decisões no seio da empresa, tendo em conta que certas decisões devem ser tomadas pelo Conselho de Administração e que outras foram delegadas em função do montante em causa, das funções das pessoas que tomam essas decisões, etc.

Em conformidade com o compromisso acima referido, a presente política foi adotada com o objetivo de fornecer um ponto de referência único que contenha informações suficientes sobre os decisores do Grupo Empark.

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

A presente Política é aplicável a todos os administradores, gestores e empregados/colaboradores da Empark, bem como ao resto das empresas que compõem o Grupo Empark, independentemente da sua área de atividade ou nível hierárquico.

De igual modo, aplica-se a todos os empregados/colaboradores da empresa, incluindo parceiros e contratantes, fornecedores, trabalhadores dos fornecedores, etc.

Aplica-se igualmente às pessoas que atuam perante outras entidades em nome e por conta do Grupo Empark, as quais, neste caso, e no âmbito das suas competências, devem promover a aplicação dos princípios nela contidos.

3. RESPONSABILIDADES

A Empark garantirá que os princípios estabelecidos na presente Política sejam observados em todas as empresas do Grupo Empark. Da mesma forma, nas empresas investidas pela Empark ou por qualquer empresa que faça parte do Grupo Empark, a Empark promoverá, através dos órgãos de decisão das respetivas empresas, a aplicação dos princípios estabelecidos na presente Política.

A presente Política não pode prever todas as situações que possam surgir no desenvolvimento dos negócios e das atividades, pelo que é da responsabilidade de todos os administradores, gestores e empregados/colaboradores do Grupo Empark solicitar informações e orientações quando confrontados com situações novas ou atípicas e, em caso de dúvida, contactar o departamento de Compliance do Grupo Empark para receber o aconselhamento necessário antes de agir ou tomar qualquer decisão.

4. PRINCÍPIOS GERAIS

A presente Política segue o princípio geral da passagem ao nível imediatamente superior quando os limites de autoridade para cada nível são ultrapassados.

A presente Política tem por objetivo impedir comportamentos como os seguintes:

- Reduzir o montante das encomendas ou dos contratos de modo a que a aprovação das encomendas ou dos contratos não seja efetuada pelo Conselho de Administração ou pelo Comité de Investimento.
- Não assinar o contrato relevante antes de receber bens de um fornecedor ou de iniciar a execução ou a prestação do serviço abrangido pelo contrato.
- Realização de uma operação comercial ou de um investimento sem autorização.

Para evitar situações como as acima descritas, a Empark estabeleceu determinadas (i) limitações económicas na realização de investimentos/ operações comerciais e (ii) limitações materiais, que só podem ser deduzidas pelo órgão competente, designadamente:

- **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração da Empark dispõe de todos os poderes previstos no Real Decreto Legislativo espanhol n.º 1/2010, de 2 de julho, que aprova o texto revisto da Lei das Sociedades de Capital. A fim de evitar a apreciação de matérias de escasso significado económico-financeiro para a empresa, o Conselho de Administração delegou a apreciação de determinadas matérias de investimento de valor inferior a DEZ MILHÕES DE EUROS (10.000.000 EUR).
- **Comité de Investimento:** O Comité de Investimento da Empark, composto por quatro membros do Conselho de Administração, é o órgão responsável por decidir, entre outros, sobre investimentos/operações de valor inferior a DEZ MILHÕES DE EUROS (10.000.000 EUR).
- **CEO e CFO:** O Conselho de Administração da Empark delegou no CEO (Diretor Executivo) e no CFO (Diretor Financeiro) a competência para autorizar conjuntamente investimentos/transações de valor inferior a UM MILHÃO DE EUROS (1.000.000 EUR).

Sem prejuízo do que precede, não obstante o facto de, devido ao montante envolvido, a autorização de uma determinada transação ser a um nível inferior, esta pode ser autorizada a um nível superior.

5. MATÉRIAS RESERVADAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Contratos do setor público: O Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (com as sucessivas alterações), aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contratos administrativos. Todas as questões que possam ter um impacto material na Empark serão submetidas ao Conselho de Administração para decisão. Entre as matérias expressamente reservadas ao Conselho de Administração contam-se as seguintes:

- 5.1.** As expressamente previstas na Lei das Sociedades de Capital, nomeadamente os poderes não delegáveis previstos no artigo 249.º bis.
- 5.2.** A decisão sobre a aquisição e/ou alienação de direitos, participações e interesses em qualquer tipo de sociedade, comités, *joint ventures*, empresas ou associações, fundações, sociedades do grupo, de valor superior a CINCO MILHÕES DE EUROS (5.000.000 EUR).
- 5.3.** A decisão de participar ou não em qualquer concurso público ou privado, apresentação de propostas, apresentação de garantias, etc., com um valor superior a CINCO MILHÕES DE EUROS (5.000.000 EUR).
- 5.4.** A compra, venda, concessão ou concessão de licenças ou execução de qualquer tipo de contratos relacionados com patentes, marcas registadas, *know-how*, invenções, direitos de software com um valor superior a CINCO MILHÕES DE EUROS (5.000.000 EUR).
- 5.5.** Criar novas empresas ou estabelecer UTE.
- 5.6.** Decidir sobre a alteração da estrutura do capital social das sociedades que fazem parte do Grupo Empark.

- 5.7.** Decidir sobre as políticas contabilísticas da empresa e a classificação fiscal da empresa.
- 5.8.** Autorizar a aquisição e venda (em nome e por conta da Sociedade) de bens, produtos e serviços, para além dos acima referidos, desde que de valor superior a DEZ MILHÕES DE EUROS (10.000.000 EUR).
- 5.9.** Aprovação de operações financeiras, garantias e/ou empréstimos de valor superior a DEZ MILHÕES DE EUROS (10.000.000 EUR).

6. MATÉRIAS DO COMITÉ DE INVESTIMENTO

Tal como referido anteriormente, o Comité de Investimento da Empark tem ainda outras decisões a tomar, que são identificadas a seguir:

- 6.1.** Decidir sobre a aquisição e/ou alienação de direitos, participações e interesses em qualquer tipo de sociedade, comités, *joint ventures*, empresas ou associações, fundações, sociedades do grupo; bem como sobre a conveniência de participar em quaisquer concursos públicos ou privados, apresentação de propostas, apresentação de garantias, etc., de valor inferior a CINCO MILHÕES DE EUROS (5.000.000 EUR).
- 6.2.** Decidir sobre a compra, venda, licenciamento ou celebração de qualquer tipo de contratos relacionados com patentes, marcas registadas, *know-how*, invenções, direitos de software, bem como a aquisição e venda (em nome e por conta da Empresa) de bens, produtos e serviços, para além dos acima referidos, de valor inferior a CINCO MILHÕES DE EUROS (5.000.000 EUR).

7. MATÉRIAS DO CEO E CFO

O CEO e o CFO da Empark podem autorizar a compra e/ou venda de direitos, participações e interesses em qualquer tipo de sociedade, comités, *joint ventures*, negócios ou associações, fundações, empresas do grupo; bem como a conveniência de participar em qualquer concurso público ou privado, e quaisquer outros investimentos ou operações de valor inferior a UM MILHÃO DE EUROS (1.000.000 EUR).

8. AUTORIZAÇÕES/ASSINATURAS

Uma vez tomada a decisão de aprovação de uma determinada transação comercial, de investimento, financeira, etc., pelo órgão competente quanto ao objeto ou ao montante da transação, deve ser assinado o respetivo contrato, convenção, etc.

A Empark estabeleceu a necessidade de que essas assinaturas sejam, como regra geral, assinadas conjuntamente por dois diretores de áreas diferentes, além de exigir que uma dessas assinaturas seja sempre a do CEO ou CFO da Empark. A regra geral é, por conseguinte, que todos os contratos assinados em nome da Empark sejam assinados por dois diretores agindo em conjunto. Não obstante o que precede, verificou-se, a título excecional, que alguns contratos ou autorizações são assinados por um único diretor, nomeadamente:

- 8.1. Assinatura de contratos administrativos:** Neste caso, antes da assinatura do contrato, foi realizado um concurso público e apresentada uma proposta que foi aprovada pelo órgão interno competente. Entende-se que a assinatura do contrato administrativo é uma formalidade e que a assunção de obrigações ocorreu com a apresentação da proposta.
- 8.2. Algumas matérias de âmbito laboral, como o recrutamento, as alterações ao regime de segurança social, etc.,** são realizadas com a

assinatura exclusiva do Diretor de Recursos Humanos, a fim de acelerar os procedimentos administrativos.

9. SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

Sempre que possível, deve ser mantida a separação de funções e estabelecida uma hierarquia de autorizações para minimizar o risco de peculato dos ativos da empresa.

Quando a segregação de funções não for viável devido ao número de funcionários de um escritório, devem ser implementados controlos alternativos para minimizar o risco de transações não autorizadas e de apropriação indevida dos bens da empresa.

10. CONTROLOS E MANUTENÇÃO DE REGISTOS

A Empark proporcionará um nível de governação empresarial, acompanhamento e rastreabilidade da tomada de decisões, incluindo controlos adequados e registos das decisões e autorizações.

11. MONITORIZAÇÃO DO COMPLIANCE DA POLÍTICA

A Empark tem um Comité de Compliance, que é o órgão responsável por supervisionar e fiscalizar o cumprimento da presente Política.

A este respeito, tendo em conta o seu papel de supervisão, o Comité é dotado de autoridade e independência, o que lhe permite agir por sua própria iniciativa e com total autonomia em relação ao resto da organização.

O funcionamento e as responsabilidades deste Comité estão definidos no seu mandato, que está disponível no site do Grupo Empark: <https://www.empark.com/es/buen-gobierno/>.

12. CANAL DE DENÚNCIAS

A nossa missão centra-se na promoção de um comportamento ético e na salvaguarda da reputação da nossa empresa através da colaboração das pessoas que a integram.

Se tiver conhecimento de possíveis ações ou factos que possam constituir uma violação da presente Política e que possam afetar as pessoas ou a nossa reputação, é importante que o comunique através do canal interno de denúncias: <https://telpark.trusty.report/>. As alegações vão desde alegações graves de normas, conduta ou irregularidades financeiras até possíveis ações ilícitas.

Este canal é totalmente anónimo e garante a confidencialidade e a proteção das pessoas que o utilizam de boa-fé, visando o interesse da empresa e do público. Juntos, criaremos uma empresa ética de que se pode orgulhar.

13. COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO

A fim de garantir o cumprimento da presente política, a Empark dará a conhecê-la aos diretores, administradores e empregados/colaboradores através do seu site e da intranet da empresa.

A Empark promoverá a formação adequada de todo o seu pessoal, de modo a que todos conheçam os seus princípios, bem como os deveres e princípios de ação decorrentes da presente Política.

14. RESPONSABILIDADES DA POLÍTICA

O Comité de Compliance e Ética é globalmente responsável pela aplicação da presente Política e pela determinação dos processos administrativos a seguir e do formato dos registos a manter.

O Grupo Empark compromete-se a afetar recursos específicos para garantir a aplicação efetiva da presente Política.

O Grupo Empark realizará processos adequados de diligência devida, identificando periodicamente os impactos atuais e potenciais em matéria de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo e tomando as medidas adequadas para prevenir e mitigar as suas potenciais consequências negativas.

15. CONSEQUÊNCIAS DO INCUMPRIMENTO

O não-cumprimento da presente Política pode levar à imposição de uma série de sanções, tudo para que este documento seja eficaz, uma vez que, se o não-cumprimento não for sancionado, a Política perderia, em grande medida, a sua razão de ser.

16. ATUALIZAÇÃO

O departamento de Compliance procederá à revisão periódica do conteúdo da presente Política, garantindo que esta reflete as recomendações e as melhores práticas em vigor em cada momento, e efetuará as modificações e atualizações que contribuam para o seu desenvolvimento e melhoria contínua.

17. ENTRADA EM VIGOR

A presente Política, bem como as regras nela contidas, são de aplicação imediata a todos os colaboradores do Grupo Empark, independentemente da sua posição hierárquica.